



Direcção Regional de Vila Real

### Conferência de Imprensa – 29/09/2014

Senhores Jornalistas,

A Direcção da Organização Regional de Vila Real, reunida na passada semana, avaliou a situação política e social do Distrito e apontou linhas de orientação para o futuro. Das questões tratadas, salientar as que se prendem com a Saúde, Educação e Ensino, a acção nacional de afirmação da alternativa que o PCP vai desenvolver em todo o País e a visita de Jerónimo de Sousa a Vila Real.

#### **Saúde**

A degradação do funcionamento das várias unidades do Centro Hospitalar, reflecte as restrições orçamentais impostas por este governo. Faltam profissionais a vários níveis, nomeadamente devido à passagem à Reforma de trabalhadores que não são substituídos. Pioram a qualidade e os tempos de resposta aos utentes.

Há situações até de higiene e limpeza que começam a ser inaceitáveis.

O PCP alerta, que os previsíveis cortes adicionais no Orçamento da Saúde, vão implicar diminuição de funções nos Hospitais sejam nas consultas e/ou internamentos sejam nas valências dos Serviços de Urgência.

O excesso de Carga Horária que está a ser imposto aos Trabalhadores do Centro Hospitalar ***de Trás-os-Montes e Alto Douro, para além de significar uma desvalorização salarial, traduz-se também numa inaceitável carga de esforço, reduzindo o tempo de descanso e de apoio à família.***

#### **Educação e Ensino**

A DORVIR do PCP, alerta para o fecho de mais de uma dezena de escolas do 1º ciclo do ensino básico (13); 9 no concelho de Vila Real e 4 no concelho de Chaves, das 311 que o governo anunciou fechar no país neste ano lectivo justificando terem um número inferior a 21 alunos. Com todas as manifestações a que temos assistido dos pais e professores não corresponde há verdade, a questão da falta de condições visto estarem a encerrar escolas que foram intervencionadas há menos de 2 anos, com condições superiores àquelas que os alunos irão frequentar.

Não poderíamos deixar de referir as distâncias que os alunos terão de percorrer, o que, agravado com os horários dos transportes escolares, irão estar na escola por vezes das oito às dezoito.

Portugal tem sido uma referência Mundial ao nível da Educação Especial. As políticas que têm sido levadas a cabo por este Governo, têm feito com que os cortes nesta área prejudiquem dezenas de Alunos com necessidades Educativas Especiais. A falta de colocação de Professores para esta área está a contribuir para o retrocesso do desenvolvimento Educativo.

Esta medida insere-se numa estratégia do Governo de encerramento de serviços públicos e de redução ao mínimo das responsabilidades do estado nas suas funções sociais, desrespeitando a Lei de Bases do Sistema Educativo esquecendo que tudo isto em nada contribui para uma boa relação pedagógica de proximidade essencial ao desenvolvimento harmonioso dessas crianças.

O encerramento dessas escolas irá contribuir significativamente para a intensificação da desertificação e despovoamento do mundo rural.

O estado de definhamento que a política de direita mergulhou o País e as medidas de “austeridade” que foram impostas para aumentar a exploração dos trabalhadores e o empobrecimento do Povo, agravaram todos os problemas sociais reflectidos num **desemprego crescente, mais de 16000 no Distrito** e no alastramento, sem precedentes, da pobreza, da miséria e da exclusão social.

Três anos de Governo PSD/CDS que tiveram como principal enfoque e objectivo político o ataque aos direitos e salários, acentuaram as já gritantes injustiças na distribuição da riqueza nacional e degradaram ainda mais a qualidade de vida da generalidade dos Portugueses.

Na verdade, o verdadeiro objectivo e programa político deste Governo de desgraça nacional do PSD e CDS não é reduzir o défice, a dívida ou sequer recuperar a dita “credibilidade internacional”. O verdadeiro objectivo e programa político é agravar a exploração dos trabalhadores e acentuar a concentração da riqueza nacional.

As consequências estão à vista. O desemprego continua em níveis inaceitavelmente altos, a dívida não pára de crescer, por dia emigram cerca de 350 portugueses e a pobreza assume um novo e gravoso patamar.

Se há marca que este Governo deixa no nosso país é o agravar das dificuldades e da pobreza entre quem trabalha ou está reformado para entregar cada vez maiores fatias da riqueza nacional aos grupos económicos e financeiros.

**Hoje, 1% da população detém cerca de 25% da riqueza nacional e 5% da população acumula quase 50% da riqueza nacional.**

Para se ter a verdadeira noção da evolução da distribuição da riqueza no nosso país importa recordar que em 1975, fruto da revolução de Abril e da consequente valorização dos salários, 72,3% da riqueza nacional ia para salários e 27,7% do rendimento nacional eram distribuídos como rendimento de capital. Em 2013, fruto da contra revolução e da política executada por sucessivos governos PSD, PS e CDS, os salários apenas representavam 37,8% da riqueza nacional e os rendimentos de capital acumulavam 62,2% da riqueza nacional.

Estes números, inaceitáveis, demonstram a injustiça na distribuição da riqueza e o processo de concentração da riqueza que este e anteriores Governos do PS, PSD e CDS levaram a cabo.

É precisamente para inverter este processo de injustiça, pobreza e agravamento da exploração que importa valorizar o salário mínimo nacional, conquista da Revolução de Abril, que representou uma profunda valorização do trabalho tendo constituído uma significativa melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo português.

Em Dezembro de 2006, há quase 8 anos, foi acordado entre o Governo e os parceiros sociais que em Janeiro de 2011 o salário mínimo nacional deveria estar fixado em 500 euros.

Sucessivos governos PS e PSD/CDS, optaram por não cumprir o acordo assinado, sendo o valor do salário mínimo nacional de 485 euros brutos - o que significa em termos líquidos, 432 euros.

Por responsabilidade de PS, PSD e CDS, Portugal mantém um dos mais baixos salários mínimos nacionais da Europa.

O salário mínimo nacional continua a ser um dos mais baixos da zona euro. De acordo com dados do Eurostat, o valor médio dos salários mínimos na Europa passou de 708 euros, em 2009, para 823 euros, em 2014, o que significa que o salário mínimo nacional representa apenas 68,7% da média europeia.

No quadro das tarefas e linhas de orientação para os próximos tempos a DORVIR, salienta a importância particular da **visita de Jerónimo de Sousa no próximo dia 25 de Outubro inserida na Acção Nacional que o PCP**, irá desenvolver em todo o País sob o lema “ A Força do Povo por um Portugal com Futuro, uma política patriótica e de esquerda!” e uma Sessão Pública sobre a Situação Internacional a realizar no próximo dia 10, com a presença de Albanos Nunes do Secretariado do Comité Central do PCP. Estão também a ser preparadas visitas dos Deputados Europeus e da AR ao Nosso Distrito. Em breve daremos conhecimento pormenorizado das mesmas.

*A Direcção Regional de Vila Real do PCP*



- Anexamos uma nota sobre a Acção nacional do PCP.